



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018, DO TIPO TÉCNICA E PREÇO, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO/RJ COM A UTILIZAÇÃO DE AEROLEVANTAMENTO.

O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, torna público, para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar licitação, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, na modalidade, **de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, do tipo “TÉCNICA E PREÇO”**, para contratação de pessoa jurídica especializada em serviços técnicos de engenharia para atualização do sistema de informações cadastrais do município de São Gonçalo com a utilização de aerolevantamento, para os fins e nos termos e condições elencados no presente Edital, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, a Lei Complementar nº 123/06 e todas as disposições deste Edital.

1. LOCAL E DATA DE ABERTURA

- 1.1. A presente licitação realizar-se-á às **10:00 horas** do dia **02 de abril de 2019**, para recebimento das propostas e documentação, tendo por local o **Auditório do Edifício Palácio do Comércio à Rua Dr. Feliciano Sodré, nº 82 - 1º andar - Centro - São Gonçalo - RJ.**
- 1.2. Os interessados poderão obter cópia do presente Edital, bem como informações e esclarecimentos complementares, junto à Comissão Permanente de Licitação, na Rua Feliciano Sodré, nº 100, Centro - São Gonçalo, no horário de 10:00 às 12:00 e de 14:00 às 16:30 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de duas resmas de papel A4, carimbo padronizado do CNPJ da empresa e um CD'R virgem ou pendrive, para cópia do edital e anexos. Poderá também ser obtidas tais cópias através do site **“www.pmsg.rj.gov.br/licitacao/”** ou através do link **“www.pmsg.rj.gov.br/licitacao/index.php?t=4&acao=0”**, . Informações e respostas a eventuais questionamentos, também poderão ser obtidos através do telefone **(21) 2199-6442** ou através dos endereços de e-mail **“comprasmsggrj@gmail.com”** ou **“cpl@pmsg.rj.gov.br”**.
- 1.3. Reserva-se ao Município de São Gonçalo o direito de revogar no todo ou em parte a presente licitação, visando o interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-la por ilegalidade, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a reclamações ou indenizações por estes fatos, conforme Art. 49, da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Municipal nº 357/2011.



1.4. Integram o presente Edital, independentemente de transcrição:

- Anexo I** - Projeto Básico
- Anexo II** - Carta de Credenciamento
- Anexo III** - Proposta de Preços
- Anexo IV** - Cronograma Físico - Financeiro
- Anexo V** - Cronograma de Desembolso Máximo Financeiro
- Anexo VI** - Declaração de Não Empregar Menor
- Anexo VII** - Declaração de Fato Superveniente
- Anexo VIII** - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
- Anexo IX** - Declaração de não empregar Servidor da PMSG
- Anexo X** - Minuta do Contrato
- Anexo XI** - Recibo de retirada
- Edital

2. DO OBJETO

- 2.1.** Constitui o objeto da presente de Concorrência Pública, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, a contratação de empresa especializada em **SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO/RJ COM A UTILIZAÇÃO DE AEROLEVANTAMENTO**.

3. DO VALOR

- 3.1.** O valor global máximo estimado para a contratação dos serviços objeto desta licitação, é de **R\$ 13.652.338,12 (treze milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, trezentos trinta e oito reais e doze centavos)**.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 4.1.** A despesa que decorrer desta Licitação, correrá à conta do PT 2024.04.129.2055.2098 ND nº 3.3.90.39.00 e Fonte 00.

5. DAS VEDAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

- 5.1.** Não poderão participar da presente Licitação empresas que:
- 5.1.1.** Estejam suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento e aquelas declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal;
 - 5.1.2.** Encontrem-se em processo de concordata ou falência, inclusive as que se encontrem em recuperação judicial ou extrajudicial, ou, ainda, em processo concordatário.
- 5.2.** É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, na presente Licitação, de mais de uma empresa.
- 5.3.** Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.
- 5.4.** A participação nesta Concorrência importa ao proponente a irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos,



bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, excetuando-se as impugnações efetuadas na forma do §2º, do Art. 41 da Lei nº 8.666/93.

- 5.5.** A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 5.6.** O proponente arcará com todos os custos diretos e indiretos para a preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado do processo licitatório.
- 5.7.** Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico seja funcionário ou empregado público do Município de São Gonçalo.
- 5.8.** Não será permitida a subcontratação total dos serviços.
- 5.9.** A subcontratação parcial somente será permitida com a prévia anuência do município de São Gonçalo.
- 5.10.** As empresas licitantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital e respectivos Anexos, das condições gerais e particulares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação de sua proposta, ou do integral cumprimento do Contrato, não sendo aceitas reivindicações ou alegações posteriores.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO

- 6.1.** Não será permitida a subcontratação total dos serviços;
- 6.2.** A subcontratação parcial somente será permitida com a prévia anuência do Município de São Gonçalo ficando vedada a subcontratação da Etapa 1 - PLANEJAMENTO, PROGRAMAÇÃO, MOBILIZAÇÃO DAS EQUIPES DE CAMPO E GABINETE E PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS e da Etapa 2 - AEROLEVANTAMENTO por serem consideradas componentes vitais para o projeto;
- 6.3.** Será permitida a participação de empresas em consórcio, obedecidos os seguintes requisitos durante o processo licitatório e durante o período de cumprimento do contrato:
 - 6.3.1.** As empresas consorciadas deverão apresentar documento registrado em instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, com a indicação da Empresa líder, a qual será a responsável principal perante o município e pelos atos praticados pelo consórcio, sem prejuízo da responsabilidade das empresas consorciadas;
 - 6.3.2.** No instrumento deve estar estabelecidos as obrigações e responsabilidades de cada uma das empresas consorciadas dentro dos serviços objeto do presente projeto básico, bem como o prazo de vigência do consórcio deverá coincidir com a vigência do contrato, acrescido de 90 (noventa) dias, o endereço do consórcio e o foro do município de São Gonçalo competente para dirimir



- eventuais litígios entre as partes;
- 6.3.3.** O consórcio deverá apresentar documentação individualizada de habilitação de cada empresa, exceto as relativas ao capital social, atestados técnicos, equipe técnica, certificados técnicos e de qualidade e de qualificação técnica em geral que podem se somar ou complementar.
- 6.3.4.** Fica vedada a participação de uma empresa em mais de um consórcio objeto do presente Projeto Básico.
- 6.3.5.** No caso de ser declarado vencedor do certame e adjudicado o objeto do contrato, o consórcio deverá ser formalizado, com a devida escrituração em cartório de registro de título e documentos, nos termos do compromisso firmado anteriormente;
- 6.3.6.** O faturamento dos serviços será efetivado individualmente por cada empresa consorciada e encaminhado ao município através da empresa líder;
- 6.3.7.** Deverá ser apresentada declaração de disponibilidade da relação de equipamentos a serem utilizados, constando suas características (marca e modelo), conforme especificado no Projeto Básico.
- 6.4. Equipe técnica de Coordenação** - deverá ser composta por profissionais nas áreas de Arquitetura, Geografia, Engenharia Civil, Engenharia Geodésia, Engenharia Topográfica, Engenharia Cartográfica Engenharia de Agrimensura, além de profissionais da área de Tecnologia da Informação. Para execução dos trabalhos, será exigida equipe técnica composta por profissionais com essa formação superior e atribuições para desempenho da atividade, com experiência comprovada em trabalhos correlatos, qual seja:
- **Coordenador geral:** Com experiência em coordenação de serviços da mesma natureza;
 - **Coordenador dos serviços de aerolevantamento:** Engenheiro Agrimensor, Cartógrafo ou de Geodésia e Topografia ou Geógrafo com experiência em levantamento aerofotogramétrico em áreas urbanas;
 - **Coordenador dos serviços de planta genérica de valores:** Arquiteto ou Engenheiro Civil com experiência em planta genérica de valores;
 - **Coordenador dos serviços de recadastramento imobiliário:** Com experiência mínima em cadastro imobiliário, mobiliário e/ou multifinalitário;
 - **Coordenador dos serviços de SIG:** Profissional de nível superior com experiência em desenvolvimento de sistemas de informações geográficas para cidades.



- Esta equipe será considerada a mínima para gerenciar o trabalho, porém a licitante vencedora poderá agregar em quantidade e especialidades necessárias à completa execução dos trabalhos.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.1. Para fins de comprovação da habilitação jurídica deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- 7.1.1.1.** Registro comercial, no caso de empresa individual ou sociedade empresária.
- 7.1.1.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 7.1.1.3.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 7.1.1.4.** Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.2.1. Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos;

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- b. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e à Seguridade Social, através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos e à Dívida Ativa da União;
- d. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa de Débito e da Certidão Negativa da Dívida Ativa;
- e. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de certidão negativa de imposto sobre serviço de qualquer natureza. As empresas sediadas no Município de São Gonçalo deverão apresentar também, no ato da assinatura do contrato, a Certidão de Situação Fiscal junto ao Município de São Gonçalo.
- f. Certidão de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo



de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

g. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. (Lei Federal n.º 12.440/2011).

h. Os documentos constantes no subitem 7.2.1 letras a), b), c), d), e), f) e g) deverão ter validade na data estipulada no item 1.1.

7.2.2. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das MICROEMPRESAS-ME e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato, entretanto, ditas empresas por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.2.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.2.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem **7.2.3**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.2.5. As certidões descritas no item 07 (sete) que não possuam prazo de validade expresso deverão ter sido expedidas há menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento e abertura de proposta.

7.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

7.3.1. Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, através de índices oficiais, quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

i. Entenda-se por “na forma da lei” o seguinte:

✓ Quando S.A. - balanço patrimonial e demonstrações financeiras, devidamente registradas (art. 289, caput e §5º



- da Lei federal n.º 6404/76), publicadas em Diário Oficial;
- ✓ Quanto outra forma societária - balanço patrimonial acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído (art. 5º, §2º do Decreto-lei 486/69), autenticado pelo órgão competente, e assinado pelos representantes legais e por contador registrado no Conselho de Contabilidade;
 - ✓ O Balanço Patrimonial emitido pelo sistema SPED decorrente da escrituração digital ECD, também será considerado como revestido das formalidades legais.
- b. Comprovação da boa situação financeira da empresa através de no mínimo um dos seguintes índices contábeis, o qual deverá ser maior ou igual a 01:
- **ILC**: Índice de Liquidez Corrente ou,
 - **ILG**: Índice de Liquidez Geral ou,
 - **GS**: Grau de Solvência, onde:
- $$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}} \rightarrow \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$
- $$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}} \rightarrow \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$
- $$\text{GS} = \frac{\text{AT}}{\text{PC} + \text{ELP}} \rightarrow \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$
- c. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física. Os licitantes sediados em outros Municípios ou em outros Estados da Federação deverão apresentar juntamente com as certidões negativas exigidas Certidão da Corregedoria do Estado da sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falência e concordatas. As certidões deverão ter sido expedidas há menos de 90 (noventa) dias, da data da realização da licitação.
- d. Para a Licitante sediada em outra Comarca ou Estado, onde já



esteja em funcionamento o Processo Judicial Eletrônico-PJe, a Certidão de falência ou recuperação judicial deverá ser requerida diretamente ao Tribunal de Justiça do Estado-TJe.

- e. Comprovação de possuir Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total estimado para o objeto desta licitação. Esta comprovação deverá ser feita com documento que demonstre o arquivamento do ato correspondente na Junta Comercial ou R.C.P.J., admitida à atualização na forma do art. 31, do § 3º, da Lei Federal 8.666/93.
- f. A apresentação do Certificado de Registro Cadastral fornecido pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo - RJ, válido na data da abertura desta Licitação, substitui os documentos enumerados nos itens 7.2 e 7.3, obrigando o licitante a apresentar o restante da documentação prevista nos itens 7.4 e 7.5.
- g. A empresa cadastrada fica obrigada a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.

7.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.4.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a. Comprovação de aptidão da Empresa para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto dos serviços, discriminados no Projeto Básico, através de certidões e/ou atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, na forma que se segue:
- b. Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão da empresa licitante para execução dos serviços de Aerolevantamento.
- c. Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão da empresa licitante para elaboração da Planta Genérica de Valores-PGV.
- d. Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão da empresa licitante para elaboração do Recadastramento Imobiliário.
- e. Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão da empresa licitante para elaboração da Sistema de Informações Geográficas-SIG.
- f. Indicação do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se



responsabilizará pelos trabalhos;

- g. Declaração de conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- h. A pontuação técnica para julgamento da proposta observará todo o exposto do ANEXO 01 deste Edital (Projeto Básico).
- i. Declaração de não empregar menor de 18 (dezoito) anos, em cumprimento do art. 7º Inciso XXXIII da Constituição Federal, na forma do Anexo 07.

8. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS.

- 8.1.** No local, data e hora fixados, apresentarão as licitantes suas propostas em 3 (três) envelopes opacos, indevassáveis e lacrados, designados respectivamente “A”, “B” e “C”, constando obrigatoriamente na parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

- I. ENVELOPE “A” - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018
DIA 02/04/2019 ÀS 10:00 HORAS
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA LICITANTE
- II. ENVELOPE “B” – PROPOSTA TÉCNICA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018
DIA 02/04/2019 ÀS 10:00 HORAS
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA LICITANTE
- III. ENVELOPE “C” – PROPOSTA DE PREÇO**
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018
DIA 02/04/2019 ÀS 10:00 HORAS
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA LICITANTE

ATENÇÃO:

- 8.2.** Os documentos dos envelopes “A” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO “B” – PROPOSTA TÉCNICA e “C” – PROPOSTA DE PREÇOS serão apresentados na forma estabelecida nos itens abaixo.
- 8.3.** Os documentos exigidos neste edital poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia, desde que autenticada por Cartório competente ou pela Comissão Permanente de Licitação ou por publicação em órgão da imprensa oficial.
- 8.3.1.** Os documentos poderão ser autenticados pela Comissão



Permanente de Licitação mediante à apresentação do original, até as 17:00 h do dia útil que anteceder ao dia marcado para abertura dos envelopes.

- 8.4.** O ENVELOPE “A” conterá os documentos especificados no item 7.
- 8.5.** A Comissão Permanente de Licitação marcará, via e-mail, as respectivas datas de abertura do envelope “B” – Proposta Técnica e do envelope “C” – Proposta de Preços, das licitantes habilitadas anteriormente.
- 8.6.** Na data da abertura do envelope “B” – Proposta Técnica, somente serão abertos os envelopes das licitantes anteriormente habilitadas e, na ocasião, todos os documentos relativos à Proposta Técnica de cada um dos LICITANTES serão rubricados pelos interessados e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.
- 8.7.** Após a verificação da conformidade de cada Proposta Técnica com os requisitos do Edital, promover-se-a a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis e, após o julgamento e classificação das Propostas Técnicas de acordo com os critérios de avaliação constantes do item 6 do presente Edital, a Comissão Permanente de Licitação marcará a data da abertura do envelope “C” – Proposta de Preço, das licitantes habilitadas.
- 8.8.** Os documentos do ENVELOPE “C” – PROPOSTA DE PREÇO deverão ser apresentados em 02 (duas) vias, exclusivamente no impresso padronizado fornecido pela Comissão Permanente de Licitação (ANEXO 3) ou modelo idêntico a ser apresentado pelo licitante os quais deverão ser preenchidas por processo mecânico ou digitado e devidamente rubricados pelo representante legal. Os preços serão apresentados em algarismo e por extenso e cotados em moeda nacional, prevalecendo, em caso de discrepância, a indicação por extenso.
- 8.9.** Não serão admitidas, sob qualquer pretexto, modificações ou substituições no conteúdo dos documentos, uma vez entregues os envelopes à Comissão Permanente de Licitação.
- 8.10.** As empresas participantes poderão ser representadas no ato licitatório por seu representante legal desde que apresente o original ou cópia autenticada do Ato Constitutivo acompanhado da carteira de identidade, ou por procurador munido do instrumento procuratório, outorgado pelo representante legal da empresa, com firma reconhecida. Estes documentos deverão ser entregues fora de qualquer envelope ao Presidente da Comissão, junto com os envelopes “A”, “B” e “C”. Os licitantes que não se fizerem presentes pela forma estabelecida neste item, ficarão impedidos de se manifestar durante os trabalhos.
 - 8.10.1.** Do instrumento procuratório mencionado no item acima deverá constar a outorga de poderes para a prática de todos os atos inerentes à licitação, inclusive para desistência de recursos.
 - 8.10.2.** É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de



afastamento do procedimento licitatório dos licitantes envolvidos.

- 8.11.** A cotação de preço será feita em moeda nacional e deverá corresponder aos preços praticados pela empresa para pagamento à vista na data de realização da licitação, englobando todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

9. PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1.** No local, dia e hora, previstos neste edital, em sessão pública, deverão comparecer os licitantes, com os envelopes “A”, “B” e “C”, apresentados na forma definida neste Edital.
- 9.2.** Os licitantes se farão presentes por seus representantes legais, procuradores ou prepostos que, para tanto, deverão estar munidos de carta de credenciamento, firmada pelo representante legal da empresa, com poderes para praticar todos os atos da licitação, inclusive prestar esclarecimentos, receber notificações e se manifestar quanto a desistência de interposição de recurso.
- 9.3.** Nesta mesma sessão, que poderá ser realizada em mais de um dia, desde que tal se faça necessário para o completo exame dos documentos apresentados, serão recebidos os envelopes “A”, “B” e “C” de todos os licitantes presentes. Em seguida serão abertos os envelopes “A” de todos os licitantes, podendo a documentação deles constante ser examinada por todos os representantes devidamente credenciados, que a rubricarão, junto com os membros da Comissão Permanente de Licitação. Após a abertura dos envelopes “A”, a sessão poderá ser suspensa para julgamento da habilitação.
- 9.4.** No caso da sessão ser suspensa para julgamento da habilitação, os envelopes “B” e “C” serão mantidos fechados, sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação, que os rubricará, junto com os licitantes presentes devidamente credenciados.
- 9.5.** Da sessão de recebimento dos envelopes e da abertura dos envelopes “A” será lavrada ata circunstanciada, rubricada pelos representantes credenciados. Serão considerados habilitados os licitantes que atenderem às condições previstas no item 7 deste edital.
- 9.6.** Comunicado o resultado aos licitantes, poder-se-á passar imediatamente à abertura dos envelopes “B” – PROPOSTA TÉCNICA, desde que, todos os licitantes renunciem expressamente ao direito de recorrer da decisão relativa à habilitação. Neste caso serão devolvidos aos licitantes inabilitados os envelopes “B” e “C”, fechados.
- 9.7.** Não ocorrendo renúncia ao direito de recorrer por parte de todos os licitantes, será designada data para abertura dos envelopes “B” – PROPOSTA TÉCNICA, observado o prazo de recurso estabelecido em lei.



O mesmo procedimento deverá ser adotado por ocasião da etapa correspondente à abertura do envelope “C”. No caso de todos os licitantes estarem presentes, a intimação para a nova data dar-se-á na própria sessão pública, dispensada a publicação na imprensa oficial ou notificação.

- 9.8.** Ultrapassada a fase da habilitação, a Comissão de Licitação não mais poderá desclassificar os licitantes por motivos relacionados com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento.
- 9.9.** No dia, hora e local marcado para o julgamento das propostas técnicas e decorrido o prazo para recurso sem a sua interposição, tendo este havido renúncia ou desistência expressa por todos os licitantes ou após o julgamento dos recursos interpostos, serão abertas as propostas de preços dos licitantes habilitados, e devolvidos os envelopes “C”, mediante recibo, aos inabilitados.
- 9.10.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem, no todo ou em parte, às disposições deste edital, aquelas com preço excessivo e aquelas que tiverem preço manifestamente inexequível.
- 9.11.** Havendo dúvida sobre a exequibilidade de uma ou mais propostas, fixará a Comissão prazo não inferior a 72 (setenta e duas) horas para que o(s) licitante(s) comprove(m) a viabilidade de seus preços, solicitando-lhe(s) a composição dos preços unitários de cada etapa do trabalho a ser desenvolvido.
- 9.12.** Após a classificação das propostas técnicas e propostas de preços, apuradas na forma descrita no Projeto Básico (Anexo I), será calculada a Nota Final (NF), com base nas orientações constantes dos itens 5 (cinco) e 6 (seis) do referido Projeto Básico. Será atribuído às notas apuradas o peso de 50% (cinquenta) por cento à pontuação obtida nas 2 (duas) propostas acima citadas.
- 9.13.** O cálculo da Nota Final (NF) das licitantes, até a segunda casa decimal e desprezadas as demais, far-se-a de acordo com as médias ponderadas das notas da Proposta Técnica (PT) e da Proposta de Preços (NP), aplicando-se a seguinte fórmula:

$$NF = \frac{50 \times NT + 50 \times NP}{100}$$

- 9.14.** No caso de empate entre as propostas apresentadas, será utilizado como critério de desempate o sorteio público.
- 9.15.** Na hipótese de inabilitação de toda documentação ou desclassificação de todas as propostas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, devidamente escoimadas das causas que deram origem a tal situação.
- 9.16.** Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da sua entrega.
- 9.17.** Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do



período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da contratação, poderá ser solicitada a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

- 9.18.** É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- 9.19.** A critério da Comissão Permanente de Licitação poderão ser relevados erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.
- 9.20.** O critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48, da Lei nº 8.666/1993.

10. CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

10.1. Da Abertura:

Na hora, local e data indicados, em ato público, com a presença da Comissão Permanente de Licitação, de no mínimo 03 (três) membros da Comissão de Assessoria Técnica e dos Representantes Credenciados das licitantes, proceder-se-á a abertura dos Envelopes - PROPOSTA TÉCNICA das licitantes habilitadas na documentação, sendo lavrada ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão Julgadora e pelos Representantes Credenciados das licitantes presentes. As propostas serão rubricadas pelos membros componentes da mesa e pelos Representantes das licitantes interessadas em fazê-lo.

10.2. Do Resultado:

A Comissão Julgadora analisará as Propostas Técnicas apresentadas e o resultado será comunicado através de publicação do Diário Oficial ou em outra Sessão Pública marcada para esse fim, ou por meio de comunicação direta (e-mail cadastrado).

10.3. Da Comissão de Assessoria Técnica:

A critério da Comissão de Licitação, poderá ser constituída comissão de técnicos, para assessorá-la no julgamento das propostas.

10.4. Da Desclassificação:

Será desclassificada a proposta técnica quando:

- ✓ Omitir ou não atender às exigências e requisitos técnicos estabelecidos no Edital e em seus Anexos;
- ✓ Estabelecer condições não previstas no Edital de Licitação;



- ✓ Não comprovar, através de certificados e atestados técnicos (quando for o caso), os itens e condições previstos neste Edital e seus anexos;
- ✓ Obter nota técnica inferior a 60 (sessenta) pontos.

10.5. Da Pontuação Técnica:

A Pontuação Técnica de cada proposta classificada, será determinada consoante com o previsto pela seguinte fórmula:

PT= (P1 + P2 + P3), onde:

PT = Pontuação Técnica (Máxima = 100 pontos)

P1 = Experiência anterior da Proponente

P2 = Experiência anterior da Equipe Técnica da Proponente

P3 = Plano Geral de Trabalho

10.5.1. CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO:

A Comissão atribuirá pontos aos quesitos da proposta técnica das licitantes, conforme indicado no quadro e tabelas apresentados na sequência:

Quesito	Pontuação máxima
PT = Pontuação Técnica	100
P1 = Experiência anterior da Proponente	45
P2 = Experiência anterior da Equipe Técnica	20
P3 = Plano Geral de Trabalho	35

10.5.1.1. P1 - Experiência Anterior da Proponente:

Pontuação máxima = **45 (quarenta e cinco)** pontos

Em razão de que todo o cadastro imobiliário será feito por meio dos insumos obtidos na etapa de aerolevanteamento e respectivo processamento nas etapas decorrentes, será valorizada a experiência da licitante em serviços de engenharia abrangendo a etapa do aerolevanteamento.

Cabe ressaltar que a etapa de sistemas cadastrais é a de maior sensibilidade social, não somente devido aos fins tributários, mas também pela complexidade imposta em função do número de unidades a serem cadastradas, razão de sua valorização no critério de pontuação.

COMPROVAÇÕES

A experiência da licitante deverá ser demonstrada através de Atestados ou Certidões expedidas por pessoa jurídica de direito público ou privado,



devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, onde couber e, acompanhado(s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Acervos Técnicos - CAT's, (inciso II e § 1º, art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93), contemplando os serviços licitados, respeitado o indicado nas tabelas a seguir:

A. AEROFOTOGRAMETRIA

Pontuação de Atestados em nome da licitante que abranja serviços de **AEROFOTOGRAMETRIA** **CONTEMPLANDO PERFILAMENTO A LASER**, conforme tabela:

Pontuação máxima = **10 (DEZ)** pontos

Área - Total de km ²	Pontuação por Atestado
até 40 km ²	0,50
Entre 40 e 80 km ²	1.00
Acima de 80 km ² .	2,00

Observações:

- 1ª) Juntamente com os atestados e os acervos relativos aos serviços de aerofotogrametria, deverão ser apresentados os respectivos comprovantes das autorizações de aerolevantamento expedidas pelo Ministério da Defesa.
- 2ª) A pontuação será atribuída para, **no máximo, 05 (cinco) atestados**, comprovando a execução dos serviços avaliados.
- 3ª) Os atestados / acervos apresentados exclusivamente em nome de profissional com vínculo comprovado com a licitante na data de abertura da licitação, receberão 50% (cinquenta por cento) da pontuação estabelecida.

B. TEMPO DE EXPERIÊNCIA DA EMPRESA (TE)

O **TEMPO DE EXPERIÊNCIA DA LICITANTE**, na execução de projetos análogos, determinará o acréscimo de pontuação ao item conforme definido abaixo:

Pontuação máxima = **05 (CINCO)** pontos

- TE < 2,5 anos 1,0 pontos;
- 2,5 ≤ TE < 5,0 anos 2,0 pontos;
- 5,0 ≤ TE < 10,0 anos 3,5 pontos;
- TE ≥ 10,0 anos 5,0 pontos.



C. RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO

Pontuação de Atestados e acervos em nome da licitante que abranja **RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO**, conforme tabela:

Pontuação máxima = **15 (QUINZE)** pontos

População do Município (habitantes)	Pontuação por Atestado
até 100.000	1,00
entre 100.001 e 500.000	2,00
Acima de 500.001	3,00

Observações:

- 1ª) A pontuação proposta neste item refere-se a experiência da empresa no fornecimento dos serviços descritos no item 3.4 deste Termo de Referência.
- 2ª) A pontuação será atribuída para, no máximo, **05 (cinco) atestados** comprovando a execução dos serviços avaliados.
- 3ª) Para fins de pontuação, será considerada a população do Município constante no site oficial do IBGE (<http://www.cidades.ibge.gov.br>) referente ao campo "**População 2010**".
- 4ª) Os atestados / acervos apresentados exclusivamente em nome de profissional com vínculo comprovado com a licitante na data de abertura da licitação, receberão 50% (cinquenta por cento) da pontuação estabelecida.

D. ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

Pontuação de Atestados e acervos em nome da licitante que abranja **SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE METODOLOGIA DE RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO**, conforme tabela:

Atestados Apresentados	Pontuação
Atestado	1,00 ponto
Pontuação Máxima	5,00 pontos

Pontuação máxima = **05 (CINCO)** pontos

- Será atribuído 1 (um) ponto por atestado;
- Serão aceitos até 5 (cinco) atestados.



Observação:

- 1ª)** Os atestados / acervos apresentados exclusivamente em nome de profissional com vínculo comprovado com a licitante na data de abertura da licitação, receberão 50% (cinquenta por cento) da pontuação estabelecida.

E. SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS - SIG

Pontuação de Atestados e acervos em nome da licitante que abranja **DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS - SIG COM USO DE PROGRAMA / SOFTWARE LIVRE**, conforme tabela:

Pontuação máxima = **10 (DEZ) pontos**

Atestados Apresentados	Pontuação
1 Atestado .	2,00 pontos
2 Atestados	4,00 pontos
3 Atestados	6,00 pontos
4 Atestados	8,00 pontos
5 Atestados	10,00 pontos

Observação:

Os atestados / acervos apresentados exclusivamente em nome de profissional com vínculo comprovado com a licitante na data de abertura da licitação, receberão 50% (cinquenta por cento) da pontuação estabelecida.

10.5.1.2. P2 - Da Experiência Anterior da Equipe Técnica:

Pontuação máxima = **20 (vinte) pontos**

As proponentes deverão comprovar a experiência de sua equipe técnica mínima, em atendimento ao que estipula o Edital.

Será considerado na pontuação da equipe de coordenadores o vínculo que a mesma tem com a licitante, buscando valorizar melhor as licitantes que tem equipe própria e, conseqüentemente, com menor possibilidade de substituição na execução dos serviços.



A nota referente a equipe técnica principal corresponderá a 20 (vinte) pontos, assim distribuídos:

Coordenadores a pontuar	Conforme Vínculo			Experiência profissional		Total de Pontos (Max)
	RT (*2)	Vínculo Permanente	Vínculo Temporário	até 5 anos	> 5 anos	
Geral	1,0	1,0	0	0,5	2	4,0
Aerolevanteamento	1,0	1,0	0	0,5	1,5	3,5
Serviços de planta genérica de valores	1,0	1,0	0	0,5	1,5	3,5
Serviços de recadastramento imobiliário	1,0	1,0	0	0,5	1,5	3,5
Serviços de SIG	1,0	1,0	0	0,5	1,5	3,5
GP (1*)						2,0
Total						20,0

- (*1) **Certificação em Gerenciamento de Projetos - GP** - A nota será atribuída em função da indicação de um componente da Equipe Técnica com certificação em gerenciamento de projetos. A comprovação de certificação se dará mediante apresentação dos documentos comprobatórios da certificação PMI e comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos em gerência de projetos.
- (*2) **Responsabilidade Técnica - RT** - Este item objetiva valorizar a experiência da equipe em trabalhos anteriores. Serão computados 0,25 pontos (vinte e cinco décimos de ponto) por coordenador, para cada atestado apresentado, caso este comprove a atuação, em conjunto com qualquer outro coordenador componente da equipe básica, como responsáveis técnicos em um mesmo projeto anterior. Nesse caso a proponente poderá apresentar até 4 (quatro) atestados para análise da pontuação, sendo computados 0,25 pontos (vinte e cinco décimos de ponto) por atestado e por membro da equipe.

Observações:

- 1ª) Deverão ser anexados os diplomas ou certificados, devidamente reconhecidos no país, comprovando a formação exigida de cada profissional indicado.
- 2ª) Os pontos referentes a vínculo não são cumulativos, ou seja, um mesmo profissional não poderá pontuar em mais de uma função na equipe;
- 3ª) Os atestados deverão apresentar experiência conforme atuação do profissional estabelecida no Item 4 - Equipe Técnica Mínima
- 4ª) A equipe técnica mínima deverá estar registrada no conselho profissional, com atribuições para execução das atividades previstas;
- 5ª) O vínculo empregatício dos referidos profissionais deverá ser comprovado mediante a apresentação do contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado, contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviços de profissional autônomo revestidos das formalidades legais. Serão considerados "Vínculos Temporários" os decorrentes de Contratos de Serviço Profissional



- Autônomo, Contratos de Trabalho sem registro em Carteira Profissional ou com registro firmado há menos de 3 (três) meses.
- 6ª) A comprovação do profissional ser responsável técnico (RT) da licitante deverá ser feita com apresentação da certidão do conselho profissional, com data de inclusão do RT anterior à data de publicação do Edital;
- 7ª) Deverá ser apresentado no máximo 4 (quatro) atestados por coordenador para aferir a pontuação da experiência profissional em serviços compatíveis ao objeto do Edital;
- 8ª) Os atestados deverão vir acompanhados da respectiva certidão de acervo técnico fornecida pelo conselho profissional;
- 9ª) No caso de conselhos profissionais que não forneçam certidão de acervo técnico, deverá ser apresentada uma declaração do cliente que forneceu o atestado, comprovando que o profissional participou da equipe técnica;
- 10ª) Os atestados de aerolevanteamento apresentados deverão vir acompanhados da licença de voo expedida pelo Ministério da Defesa.
- 11ª) Fica proibida a participação de um mesmo técnico em equipes de empresas licitantes distintas, sob pena de desclassificação do certame.
- 12ª) Deverá ser apresentada declaração pessoal de adesão ao projeto de cada profissional indicado, concordando com sua inclusão na equipe de trabalho da empresa licitante, especificando a licitação a que se refere esta declaração e a função a ser desempenhada.
- 13ª) Deverá ser apresentada declaração da empresa licitante, de que não haverá substituição de membros da equipe técnica, salvo em casos de força maior, mediante prévia concordância do Secretário Municipal de Fazenda, apresentando, para tal fim, o currículo do novo técnico que deverá possuir igual ou maior lastro de experiência em relação ao colaborador substituído.

10.5.1.3. P3 - Do Plano Geral de Trabalho:

Pontuação máxima **35 (trinta e cinco) pontos**

Cada item do Plano Geral de Trabalho, receberá pontos, conforme Tabela e os critérios fixados a seguir:

Item do Plano Geral de Trabalho	Pontuação Máxima
a) Conhecimento do Problema	10
b) Metodologia de Trabalho	10
c) Características Gerais do Software SIG/WEB	15



CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO:

A. CONHECIMENTO DO PROBLEMA

Pontuação máxima = **10 (DEZ) pontos**

A Comissão de Julgamento fará a apreciação geral do tema contemplando a seguinte análise: descrição do projeto e seus objetivos; conhecimento das diversas etapas de implantação, dos aspectos relevantes e problemas potenciais que poderão interferir na sua implantação; vulto e complexidade dos serviços; informações adicionais do local e seu entorno; aspectos físicos e operacionais envolvidos.

Para o presente tópico, a Comissão de Julgamento da Prefeitura, a partir da análise da proposta e atendimento dos critérios de avaliação mencionados, atribuirá pontos ao conhecimento do problema da seguinte forma:

Conteúdo	AVALIAÇÃO	
	Não Abordado	Adequado
Caracterização das áreas de abrangência, seus problemas potenciais e possíveis soluções para execução dos serviços	0	5,0
Descrever os benefícios esperados com a realização dos serviços	0	5,0
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS		10,0

B. METODOLOGIA DE TRABALHO

Pontuação máxima **10 (dez) pontos**

A metodologia de execução dos trabalhos será avaliada com base na dissertação metodológica apresentada pela licitante, para todas as etapas dos trabalhos, de forma a demonstrar clara compreensão e domínio do conjunto de tarefas, seu encadeamento e também seu relacionamento com os aspectos importantes identificados nas análises apresentadas no item Conhecimento do Problema. Neste tópico, a Comissão de Julgamento da Prefeitura, a partir da análise da proposta e atendimento dos critérios de avaliação mencionados, atribuirá pontos à metodologia da seguinte forma:



CONTEÚDO	AVALIAÇÃO	
	Não Abordado	Adequado
Aerolevantamento	0	2,0
Planta Genérica de Valores	0	2,0
Recadastramento Imobiliário	0	2,0
Sistema de Informações Geográficas	0	2,0
Certificação e controle de qualidade	0	2,0
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS		10,0

Observações:

- 1ª) O conceito *Não Abordado* será utilizado quando o texto não considerar o tema indicado ou quando o texto e as informações não corresponderem ao objeto da proposta, ou ainda, quando estes forem contraditórios bem como transcritos do Termo de Referência.
- 2ª) Será conceituado como *Adequado* o texto com informações completas sobre o tema, além de ser coerente, claro, objetivo, com excelente qualidade de apresentação e, sobretudo, inovador.

C. Software SIG/WEB - CARACTERÍSTICAS Gerais:

Pontuação máxima 15 (quinze) pontos

A Comissão examinará a planilha do **Anexo “A”**, deste Projeto Básico, preenchida pela licitante, efetuará o somatório dos itens desejáveis atendidos pelo sistema a ser fornecido e atribuirá a pontuação correspondente com base na tabela seguinte:

Quantidade de itens atendidos	Pontuação	
Até 10	0% da pontuação máxima	0,0 ponto
De 11 a 25	35% da pontuação máxima	5,0 pontos
De 26 a 30	75% da pontuação máxima	10,0 pontos
Acima de 31	100% da pontuação máxima	15,0 pontos

Observações:

- 1ª) Será desclassificada a licitante cujo sistema SIG/WEB não atender ao item 1 obrigatório constante da planilha do **Anexo “A”**, deste Projeto Básico.
- 2ª) Realizada a classificação das propostas, a licitante que obtiver a maior NOTA FINAL, classificada em 1º (primeiro) lugar, será notificada e convocada a realizar, no prazo de 5



(cinco) dias úteis, a demonstração prática do sistema SIG/WEB a ser oferecido, com vistas a comprovar sua conformidade com o que foi declarado pela licitante na Planilha do **Anexo "A"**.

- 3ª) A demonstração prática do software deverá ser realizada no local indicado e dirigida à equipe de servidores especialmente designada pela Administração.
- 4ª) Será desclassificada no presente certame, a licitante que não comparecer à demonstração prática do software na data e horário determinados ou, que durante a apresentação não demonstre atender TODOS os requisitos e características informados pela licitante na Planilha do **Anexo "A"**.
- 5ª) Ocorrendo a desclassificação da licitante avaliada, será convocada para a demonstração e avaliação do software, a licitante com a Nota Final imediatamente inferior e, assim sucessivamente até que sejam comprovadas TODAS as características informadas pela licitante durante a demonstração prática do sistema SIG/WEB a ser ofertado.

10.6. Das Disposições Gerais:

- Todos os documentos que compõem a Proposta Técnica deverão ser digitalizados e impressos sem emendas, rasuras ou entrelinhas. Todas as folhas deverão ser rubricadas pelos representantes legais da empresa licitante;
- A empresa licitante deverá indicar a paginação de início e término de cada assunto abordado, incluindo documentos, ilustrações e outros;
- O Plano Geral de Trabalho, Item 4.2.5.1.3 do Projeto Básico, que inclui a demonstração de Conhecimento do Técnico do Problema, a descrição da Metodologia de Trabalho a ser adotada, deverá ser elaborado em, no máximo, 100 páginas. As páginas excedentes, caso ocorram, não serão analisadas.

10.7. NOTA FINAL

O peso das notas será o seguinte:

Nota da Proposta Técnica	50% (cinquenta) por cento da pontuação
Nota da Proposta de Preço	50% (cinquenta) por cento da pontuação



10.7.1. Cálculo:

O cálculo da Nota Final (NF) das licitantes, até a segunda casa decimal e desprezada as demais, far-se-á de acordo com a média ponderada da Nota da Proposta Técnica (NT) e Nota da Proposta de Preço (NP), conforme representado a seguir:

$$NF = \frac{50 \times NT + 50 \times NP}{100}$$

10.7.1.1. Nota Técnica - NT

A nota final da Proposta Técnica (NT) será o somatório resultante das notas atribuídas aos itens:

P1 = Experiência anterior da Proponente
P2 = Experiência anterior da Equipe Técnica
P3 = Plano Geral de Trabalho

10.7.1.2. Nota de Preço - NP

À nota final de preço de cada licitante será calculada pela seguinte fórmula:

$$NP = 100 \cdot (X1/X2), \text{ sendo:}$$

$$X1 = (Vo + M)/2, \text{ Onde:}$$

Vo = Valor Estimado pela Prefeitura; e

M = Média dos Preços dos Licitantes classificados.

X2 = Valor do Preço proposto pela Licitante em análise.

10.8. DO JULGAMENTO DO PREÇO.

10.8.1. Classificação:

Classificadas as propostas técnicas, proceder-se-á à abertura das propostas de preço dos licitantes que tenham atingido a valorização mínima estabelecida no instrumento convocatório e à negociação das condições propostas, ou seja, 60 pontos e não for desclassificado nos itens de conformidade do SOFTWARE SIG - **Anexo "A"**.

10.8.2. Vencedora:

Assim, será considerada vencedora a proponente que obtiver melhor nota resultante da aplicação da fórmula da Nota Final (NF), conforme demonstrado no subitem 5.1.



11. DA ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

- 11.1. Uma vez homologado o resultado da licitação pela SEMFA, **será a licitante vencedora convocada, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas**, para assinatura do contrato.
- 11.2. Deixando a adjudicatária de assinar o contrato no prazo fixado, poderá a SEMFA, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas à faltosa, convocar as licitantes remanescentes que tiverem sido habilitadas, na respectiva ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro colocado.

12. DO CONTRATO

- 12.1. O contrato decorrente da presente licitação assim como a Proposta vencedora, ficarão subordinados às normas da Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 357/2011, e vinculados ao presente Edital.
- 12.2. Publicada a homologação e a adjudicação do objeto licitado, a Superintendência de Contratos (SUPCONTRAT) convocará por Ofício a licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis
- 12.3. O adjudicatário, sob pena de perder o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 81, da Lei nº 8.666/93, deverá assinar o instrumento em até 05 (cinco) dias, a contar do recebimento do referido Ofício de convocação.
- 12.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o presente Edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no Art. 81 da Lei 8.666/93.
- 12.5. Fazem parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição, as instruções contidas neste Edital, os documentos nele referenciados, além da proposta apresentada pela licitante vencedora.
- 12.6. O valor a ser atribuído ao Contrato será aquele resultante da proposta vencedora.
- 12.7. Atendida a conveniência administrativa fica a licitante vencedora obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões que o Contratante entender necessários, conforme § 1º, Art. 65, da Lei nº 8.666/93.
- 12.8. A licitante vencedora se obrigará a manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.



13. DO PRAZO

- 13.1. O prazo total previsto para a realização dos serviços objeto da presente licitação, é de (24 vinte e quatro) meses corridos, a contar da data de assinatura da Ordem Geral de Início dos Serviços, discriminados no SUMÁRIO do Projeto Básico, item 3 - ESCOPO DOS SERVIÇOS, sendo:

O prazo total previsto para realização dos serviços é de 24 (vinte e quatro) meses corridos, contados a partir da data da assinatura da emissão da Ordem Geral de Início dos Serviços, sendo:

- Para execução da **ETAPA 1** na forma do **ITEM 3.1**
 - **01 (hum) mês** corrido, contado da Ordem Geral de Início dos Serviços,.
- Para os serviços previstos na **ETAPA 2 - Aerolevanteamento**, na forma do **ITEM 3.2** e seus subitens.
 - **04 (quatro) meses** corridos, contados da Ordem de Início dos Serviços Específica,
- Para execução da **ETAPA 3 - Planta Genérica de Valores**, na forma do **ITEM 3.3** e seus subitens.
 - **06 (seis) meses** corridos, contados da Ordem de Início dos Serviços Específica,
- Para execução da **ETAPA 4**, na forma do **ITEM 3.4** e seus subitens:
 - **23 (vinte e três) meses** corridos, contados da Ordem de Início dos Serviços Específica,
- Para implementação da **ETAPA 05**, na forma do **ITEM 3.5** e seus subitens
 - **15 (quinze) meses corridos**, sendo:
 - Para Fornecimento de Aplicativo SIG-WEB, **ITEM 3.5.1**
 - ✓ **02 (dois) meses corridos**, contados da Ordem de Início dos Serviços Específica da ETAPA;
 - Para Instalação do Aplicativo SIG-WEB no servidor da Administração, **ITEM 3.5.2**
 - ✓ **01 (hum) mês corrido**, contado do Fornecimento do Aplicativo;
 - Para Carga do Sistema, **ITEM 3.5.3**
 - ✓ **01 (hum) mês corrido**, contado da Instalação da Aplicativo SIG-WEB;
 - Para Treinamento de Usuários, **ITEM 3.5.4**
 - ✓ **01 (hum) mês corrido**, a partir da Carga Inicial do Aplicativo SIG-WEB;
 - Para Suporte e Manutenção do Aplicativo, **ITEM 3.5.5**
 - ✓ **18 (dezoito) meses corridos**, contados a partir do 6º mês da Ordem de Início dos Serviços Específica da ETAPA;
- Para o serviço de atendimento aos Contribuintes, **ITEM 3.4.5**
 - **20 (vinte) meses corridos**, contados à partir do início do envio das notificações aos contribuintes, com previsão para acontecer em até 90 (noventa) dias do início do contrato. Esse serviço deverá ser prestado em caráter contínuo no período da vigência do contrato.



- 13.2. O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o disposto no art. 57, §1º, da Lei n. 8.666/93, desde que justificado por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 14.1. O prazo para pagamento das medições realizadas, será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.
- 14.2. A contratada deverá encaminhar a fatura para pagamento à Secretaria Municipal de Fazenda, através do Setor de Protocolo da PMSG acompanhada da demonstração de regularidade trabalhista, comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS relativo à mão de obra empregada no contrato, se houver.
- 14.3. Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação (relatórios devidamente aprovados pela Secretaria Municipal de Fazenda, com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo gestor competente).
- 14.4. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura, por culpa da Contratada, o prazo de 30 (trinta) dias reiniciar-se-á a contar da respectiva reapresentação.
- 14.5. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso sofrerão a incidência de atualização financeira pelo INPC e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.
- 14.6. Decorrido o prazo 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, poderá a CONTRATADA fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo INPC, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, X, da Lei n. 8.666/93.

15. ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

- 15.1. Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73, da Lei n. 8.666/93, dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei:
- 15.1.1. Salvo disposições em contrário, constantes do edital, ou de ato normativo, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado, conforme art. 75, da Lei 8.666/93.
- 15.1.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato, conforme preceitua o art. 76, da Lei 8.666/93.
- 15.2. recebimento provisório ou definitivo do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.
- 15.3. Salvo se houver exigência a ser cumprida pela adjudicatária, o



processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento na Seção de Protocolo da PMSG.

- 15.4. A execução do contrato será fiscalizada por Comissão constituída por 3 (três) membros, integrantes da comissão de fiscalização do contrato, especialmente designados pelo Secretário Municipal de Fazenda

16. DA GARANTIA

- 16.1. A CONTRATADA assumirá plena responsabilidade pelos serviços prestados, abrangendo a qualidade, bem como a eventual necessidade de substituição daqueles que não se apresentem em condição de uso necessário para o cumprimento das obrigações contratuais.
- 16.2. A Licitante vencedora deverá prestar garantia de 1% (um por cento) do valor total do Contrato, a ser prestada no ato de assinatura, em uma das modalidades previstas no artigo 56, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93. Seus reforços poderão ser igualmente prestados nas modalidades previstas no § 1º do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93. Caso a licitante vencedora escolha a modalidade seguro-garantia, esta deverá incluir a cobertura das multas eventualmente aplicadas.
- 16.3. Se no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da adjudicatária ou CONTRATADA, não for feita a prova do recolhimento de eventual multa por descumprimento das obrigações assumidas no contrato, promover-se-ão as medidas necessárias ao desconto da garantia.
- 16.4. A garantia contratual prestada pela licitante vencedora somente será restituída após o integral cumprimento do Contrato, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da licitante.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela CONTRATADA, o MUNICÍPIO aplicará as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993:
- a) advertência escrita;
 - b) multa;
 - c) suspensão temporária;
 - d) declaração de inidoneidade.
- 17.2. Advertência por escrito, quando a CONTRATADA infringir obrigações ajustadas no CONTRATO e for a primeira falta. Neste caso, será concedido, formalmente, pela FISCALIZAÇÃO, prazo à CONTRATADA para sanar as irregularidades.
- 17.3. Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato:
- 17.3.1. Os integrantes da Comissão de Fiscalização, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato administrativo, observados os prazos estabelecidos para seu



cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

17.3.2. A multa a que se referem o artigo 86 e o inciso II, do artigo 87, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

- a) por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;
- b) por inexecução total ou parcial.

17.3.2.1. No caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;

17.3.2.2. No caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.

18. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

18.1. É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos da presente Concorrência, **até 05(cinco) dias úteis** antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação (Documentação), devendo a Secretaria Municipal de Fazenda, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, julgar a impugnação em até 03 (três) dias úteis, conforme §1º, art. 41, da Lei 8.666/93.

18.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a Secretaria Municipal de Fazenda, o licitante que não o fizer até o 5º (quinto) dia útil que anteceder à data estabelecida para a abertura dos envelopes "Documentação", apontando as falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

18.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar desta Concorrência até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

18.4. A decisão do julgamento da impugnação administrativa será publicada no Diário Oficial do Município e poderá ser obtida junto a Comissão Permanente de Licitação.

19. DOS RECURSOS

19.1. Os recursos das decisões da Comissão Permanente de Licitação serão apresentados por escrito, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato ou data de lavratura de qualquer das atas, conforme o caso, e dirigidos ao Secretário Municipal de Fazenda. Reconsiderando ou não sua decisão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará o recurso à autoridade superior, que a retificará ou não, de forma fundamentada.

19.2. A Comissão de Licitação dará ciência dos recursos aos demais licitantes,



- que poderão impugná-los no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.
- 19.3. Os recursos contra as decisões relativas à habilitação ou inabilitação do licitante, julgamento da proposta técnica ou da proposta de preços, terão efeito suspensivo.
- 19.4. A intimação dos atos referidos nas alíneas a, b, c e e do inciso I do art. 109, da Lei Federal n. 8.666/93, será feita mediante publicação no Diário Oficial do município, salvo para os casos de habilitação ou inabilitação dos licitantes e julgamento das propostas, se presentes os prepostos de todos os licitantes no ato em que for adotada a decisão, hipótese em que poderá ser feita por comunicação direta aos interessados.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, de acordo com art. 49 da Lei Federal n. 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.
- 20.2. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, § 1º e 2º da Lei n. 8.666/93.
- 20.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 20.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.5. A solicitação de esclarecimento de dúvida a respeito das condições do edital e de outros assuntos relacionados a presente Licitação deverá ser efetuada, por escrito, pelos interessados em participar do certame à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, localizada à rua Feliciano Sodré nº 100, Centro-São Gonçalo-Rj ou através do e-mail "compraspmgrj@gmail.com", no horário das 09h às 12h e das 14h às 17h, até o 5º (quinto) dia útil que anteceder a data estabelecida neste instrumento convocatório para a reunião de recebimento e abertura dos envelopes de "Documentação".
- 20.6. No caso de eventual divergência entre o Edital de licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.
- 20.7. Toda a documentação exigida neste Edital deverá ser apresentada em original ou cópia autenticada por cartório competente, ou por membro da Comissão Permanente de Licitação, neste último caso, com a necessária antecedência de até um dia útil anterior à data do certame, impreterivelmente.
- 20.8. É facultada à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 20.9. A divulgação dos adendos ao Edital, bem como resultado da licitação, decisão final quanto a recursos impetrados, anulação ou revogação da



- licitação será efetuada mediante publicações no Diário Oficial do município.
- 20.10. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação da PMSG, em obediência às disposições legais que regem o presente processo licitatório.
- 20.11. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, podendo a Comissão Permanente de Licitação desclassificá-la, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação pertinente, caso seja constatada a ocorrência de imprecisão ou falsidade das informações e/ou dos documentos apresentados.
- 20.12. O foro da cidade de São Gonçalo-RJ é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a esta Licitação e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

São Gonçalo, 12 de fevereiro de 2019.

Walmir Bernardo do Nascimento - Mat 119.017
Presidente da Comissão Permanente de Licitações